

ESPECIAL
Cimi Sul
PARTE IV

105 anos da pacificação Xokleng na
memória de Caxias Popó e Vacla Pathé

Páginas 6 e 7

Povo Tremembé de Engenho enfrenta o
racismo e a negação de direitos no MA

Páginas 13, 14 e 15

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XL • Nº 416 • Brasília-DF • Junho/Julho 2019



Diplomacia indígena na ONU

Presença indígena na ONU leva denúncias à esfera internacional e busca mais espaço com metodologias que respeitem as particularidades dos povos. Governo Bolsonaro reage

Páginas 8, 9 e 10

Indígenas de barriga vazia são ignorados por presidente de cabeça vazia

“Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira. Passa-se mal, não come bem. Aí eu concordo. Agora, passar fome, não”, disse o presidente Jair Bolsonaro a jornalistas durante um café da manhã com correspondentes internacionais. “Você não vê gente mesmo pobre pelas ruas com físico esquelético como a gente vê em alguns outros países pelo mundo”, completou.

A declaração gerou revolta e uma enxurrada de dados comprovando que o presidente, além de mal informado, pouco conhece de um país e destila toda crueldade que lhe é peculiar contra um contingente da população desassistida pelo Estado; quando comem algo, a generosidade do lixo prevaleceu.

Bolsonaro desconhece o Brasil, representa hoje um projeto político muito bem definido que envolve o ódio aos pobres e aos miseráveis. A pobreza e a miséria são naturalizadas. “Querida que o presidente andasse pelas estradas do cone sul do Mato Grosso do Sul para ele ver se a fome não existe no Brasil”, convida a liderança indígena da Aty Guasu, Elizeu Guarani Kaiowá.

O indígena já passou fome vivendo em acampamentos improvisados às margens das rodovias. Também já viu muita criança morrer de fome em retomadas

ilhadas no meio de fazendas de soja sobrepostas ao território tradicional Guarani Kaiowá. Indígenas de barriga vazia são ignorados por um presidente de cabeça vazia, tomada por sombras perturbadoras que fazem das ideias de Bolsonaro pensamentos adoecidos, com bem destacou Davi Kopenawa Yanomami.

Parte desses pensamentos adoecidos envolve a opinião de Bolsonaro a respeito das demarcações. Os procedimentos demarcatórios não devem acontecer e o agronegócio e a mineração devem avançar sobre as Terras Indígenas. Não se trata de interpretação do projeto político de Bolsonaro, mas a reprodução literal de suas linhas a respeito dos povos indígenas se encerrando com a integração forçada destas populações como mão de obra barata na sociedade branca.

Portanto, por negar a fome entre brasileiros e brasileiras, desconsiderando o drama também vivido pelas populações indígenas, Bolsonaro demonstra a absoluta falta de preocupação em resolver esta grave consequência da desigualdade no país baseada na concentração de renda, riquezas e, com destaque, terras. Os povos indígenas, por sua vez, não irão recuar: seguem em secular jornada pelo território tradicional enfrentando todos os desafios que encontram, mesmo os mais mortais como a fome.

Porantinas

Falhou no psicotécnico

Se as nomeações do Poder Executivo fossem auferidas por exame psicotécnico, o governo Bolsonaro, a começar pelo presidente, seria quase todo reprovado. Ao menos um de seus integrantes, porém, recém empossado, de fato teve problemas com o psicotécnico. O novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), o delegado da Polícia Federal (PF) Marcelo Augusto Xavier da Silva, foi reprovado em uma avaliação psicológica para o cargo de delegado - embora tenha passado em outra. A notícia é da BBC Brasil.

Investigou o ex-marido da esposa

Ainda de acordo com a reportagem da BBC Brasil, Xavier foi alvo de duas investigações internas da corporação - chamadas, no jargão do serviço público, de PADs (Processo Administrativo Disciplinar). Uma delas foi por ter aberto uma investigação contra o ex-marido de sua mulher. A outra, por supostamente ter desacatado um procurador do Ministério Público Federal (MPF). O novo presidente da Funai é uma indicação da bancada ruralista, mas com esse histórico não fica difícil adivinhar de quais mentes perturbadas e perigosas o nome saiu.

Sobram motivações ideológicas

As recentes tentativas do governo federal de entregar terras indígenas ao agronegócio não têm justificativa econômica, mas “ideológica”. A declaração é da procuradora Regional da República, Eliana Torelly, que, em entrevista ao UOL, comparou a movimentação do governo Jair Bolsonaro (PSL) aos tempos da ditadura militar, quando “acreditava-se que o indígena deveria ser integrado à sociedade branca para adquirir cidadania plena”. O presidente, em pronunciamentos transmitidos pelas redes sociais, tem constantemente defendido a ocupação de Terras Indígenas por interesses privados.



A cada três empresas que devem ao fisco, uma pertence ao agronegócio

Entre 500 maiores devedores, setor deve R\$ 335 bilhões, 41% do passivo de R\$ 815 bilhões; de acordo com a projeção trilionária de economia com a reforma da previdência, em dez anos, essa dívida pagaria três anos de gastos com o INSS

Por **Bruno Stankevicius Bassi**, De Olho nos Ruralistas

O agronegócio é responsável por 149 empresas ou empresários na lista dos 500 maiores devedores de impostos à União. O levantamento foi organizado pelo De Olho Nos Ruralistas, com dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e faz parte da série De Olho nas Dívidas. Ao todo, 29,8% empresas ou empresários ligados à produção rural brasileira devem R\$ 335 bilhões à União, o equivalente a três anos da economia projetada inicialmente por Paulo Guedes, ministro da Economia, para a próxima década, que é de R\$ 1,13 trilhão.

Apresentada à parte, a previdência dos militares, chamada de Sistema de Proteção Social das Forças Armadas, deve garantir ao governo, em dez anos, de acordo com Guedes, uma economia de R\$ 10 bilhões. A dívida de empresários do agronegócio é trinta vezes maior e poderia pagar a aposentadoria por trinta anos. A projeção para vinte anos será de R\$ 33,65 bilhões, 10% do passivo que os ruralistas acumulam.

Em termos financeiros, a fatia do agronegócio é ainda maior. O setor responde por 41,1% dos R\$ 814,9 bilhões englobados pela lista dos 500 maiores devedores. Na primeira reportagem da série, mostramos o perfil dos três conglomerados que encabeçam a relação: "Cinquenta empresas do agronegócio devem R\$ 200 bilhões à União".

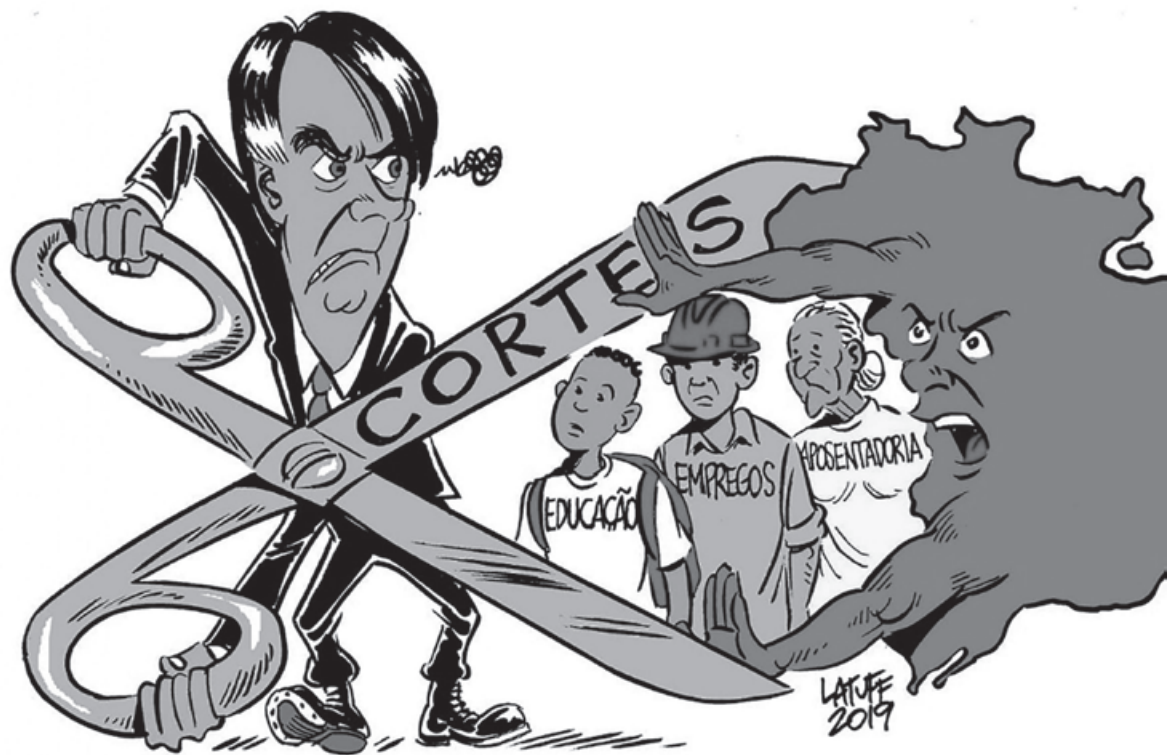
Mas esse montante deve sofrer uma redução expressiva. Base fiel ao presidente Jair Bolsonaro na defesa da reforma da Previdência, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conseguiu, na última semana, derrubar um veto no projeto original apresentado por Guedes, permitindo o perdão de R\$ 17 bilhões nas dívidas previdenciárias de produtores rurais.

A FPA é financiada indiretamente por grandes devedores, como a Bunge, cujo estoque de dívidas, divididos entre seis empresas, soma R\$ 127,7 milhões. Rival no mercado de comércio de grãos, a Cargill tem um passivo mais acanhado: R\$ 12,6 milhões. As duas empresas pertencem à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), uma das entidades mantenedoras do Instituto Pensar Agro (IPA), responsável por destinar recursos e prestar assessoria técnica à FPA.

Grupo Arantes lidera entre os frigoríficos

Se no quesito individual os grupos Parmalat, JB Duarte e Dolly encabeçam a relação de devedores, no conjunto da obra o prêmio vai para a Arantes Alimentos. Em recuperação judicial desde 2009, o grupo possui nada menos que 42 das 149 empresas ou empresários ligados ao agronegócio identificados na lista dos 500 maiores devedores da União.

Carro-chefe da companhia, a Arantes Alimentos Ltda possui a dívida mais elevada, de R\$ 1,9 bilhão. Atrás dela vêm outras 24 empresas, totalizando R\$ 38,7 bilhões em dívidas relacionadas a pessoas jurídicas. A dívida do grupo é tamanha que, juntos, os sete frigoríficos do grupo – Arantes, Franco Fabril, Frigorífico Vale do Guaporé, Olcav, Pádua Diniz, Cheyenne e Brasfri – respondem por 26,4% da dívida total deste setor junto à União, de R\$ 42,9 bilhões.



Ao todo, 29,8% empresas ou empresários ligados à produção rural brasileira devem R\$ 335 bilhões à União, o equivalente a três anos da economia projetada inicialmente por Paulo Guedes, ministro da Economia, para a próxima década, que é de R\$ 1,13 trilhão.

Esse montante supera casos de ampla repercussão como do Grupo Bertin, que pediu recuperação judicial em 2017 e aparece na lista das 500 maiores devedoras com a Tinto Holding Ltda (R\$ 1,3 bi bilhão), e do Grupo Diplomata, pertencente ao ex-deputado federal Alfredo Kaefer (PP-PR). No frigorífico do político, no dia 5 de junho de 2018, três trabalhadores morreram após uma explosão.

Mas as dívidas do Grupo Arantes não param por aí. Ele também aparece na lista com os irmãos e sócios no conglomerado, Danilo de Amo Arantes e Aderbal Arantes Jr, que chegaram a ter prisão decretada pela Justiça de Goiás, em 2009. Em entrevista ao Estadão, Aderbal afirmou que viraria vegetariano quando se livrasse das dívidas. Juntos, os 17 sócios da empresa somam outros R\$ 25,6 bilhões em passivos.

Dívidas totais: R\$ 64,3 bilhões. Valor superior ao Produto Interno Bruto de estados como Paraíba e Rio Grande do Norte.

Dívidas por setor serão detalhadas

O setor de frigoríficos não é o único a ter destaque na lista dos 500 maiores devedores da União. As usinas de cana também concentram dívidas bilionárias. Ao todo, as 16 empresas sucroalcooleiras somam R\$ 33,4 bilhões de dívidas em impostos. As três com maior acúmulo de débitos no subsetor estão no município de Campos

dos Goytacazes, no Rio de Janeiro, e ultrapassam os R\$ 3 bilhões de passivo.

São elas: Cooperativa Fluminense dos Produtores de Açúcar e de Alcool (Cooperflu), Companhia Açucareira Paraíso e a Usina São João Lyzandro S.A. A essas junta-se a Companhia Usina do Outeiro, com sede em Cardoso Moreira (RJ), e um volume de R\$ 3,1 bilhões em débitos.

Mais para baixo na lista, com um débito de R\$ 619 milhões, aparece a Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco, mais conhecida como Usina Cucaú. Pertencente à família do ex-senador e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto (PSDB-PE), o grupo é o recordista absoluto em flagrantes de trabalho escravo no Brasil. Entre 2001 e 2009, 1.406 trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão.

Ao todo, 14 produtores de tabaco aparecem entre os 500 maiores devedores da União. A elite das dívidas entre os tabagistas é dominada pelos ex-sócios Mauro Donati e Luiz Antônio Duarte Ferreira e suas empresas, American Virginia e LDF Participações Ltda, devendo R\$ 8,8 bilhões.

No setor de laticínios, cinco empresas ligadas ao grupo Parmalat, hoje controlado pela multinacional francesa Lactalis, acumulam R\$ 68,6 bilhões de passivo. São elas: Carital Brasil Ltda, Padma Indústria de Alimentos SA, PPL Participações Ltda, Zirconia Participações Ltda e Isii Empreendimentos e Participações Ltda.

Dos 150 devedores do agronegócio, 24 são produtores de eucalipto e deram um calote na União de R\$ 54,8 bilhões em impostos. Imperam na relação as empresas e sócios do grupo JB Duarte, que mantém débitos de R\$ 36,7 bilhões, sendo que R\$ 7,5 bilhões são de Laodse Denis de Abreu Duarte, a pessoa que mais deve ao fisco brasileiro.

Também integram a lista os dois maiores devedores do Imposto Territorial Rural (ITR): os fazendeiros Aparecida Paxeco Sennas Lopes e Thomezio Chelli, que juntos somam R\$ 2,9 bilhões. ♦

Governo Bolsonaro faz avançar os programas neoliberais que restringem direitos individuais e coletivos

Por Cimi Regional Sul

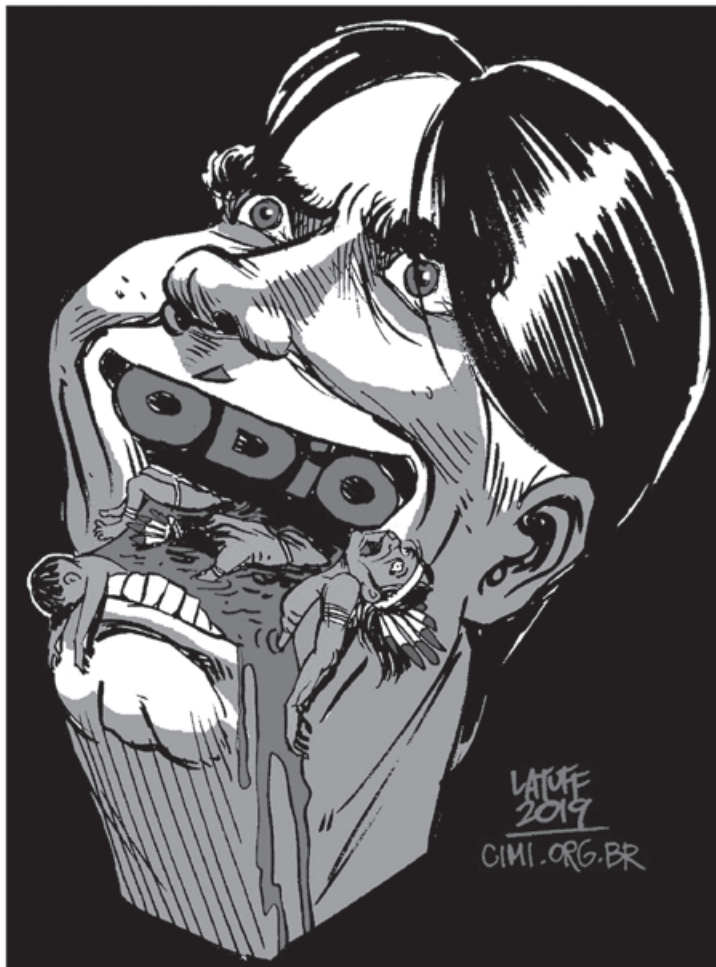
Não há como negar os “bons” serviços prestados pelos que governam o Brasil aos grandes grupos econômicos, em especial ao sistema financeiro. Nunca antes na história deste país se investiu tanto em convencer a população a abrir mão de direitos fundamentais ao emprego, regulamentado por leis trabalhistas, à aposentadoria e à renda digna. Há um conluio entre as grandes corporações financeiras internacionais e o poder político com o intuito de retirar dos mais pobres as poucas garantias e seguridades sociais previstas na Lei Maior do país. Cada centavo dos benefícios sociais e trabalhistas dos pobres, hoje, é pleiteado pelos donos dos bancos e pelos especuladores transnacionais.

E é por isso, não pelo acaso, que grande parte das mídias televisivas, radiofônicas e redes de internet se unem em torno da propaganda contra as garantias constitucionais inscritas na Constituição Federal de 1988. Os donos dos veículos de comunicação agem para desqualificar os direitos e tentar convencer os cidadãos de que estes direitos são privilégios e comprometem o futuro de todos os brasileiros. Ou seja, culpabilizam os pobres pela má gerência dos recursos públicos.

O governo Bolsonaro, neste contexto econômico, caiu como uma luva, haja vista sua conhecida imbecilidade e crueldade. Ele, através de medidas populistas e com discursos mal formulados, ridículos, preconceituosos e debochados, age com o intuito de atingir o pensamento médio do povo, porque fala daquilo que é comum e do cotidiano das pessoas. Ele representa aquele tipo de sujeito frustrado que gostaria de sair esbravejando palavrões, destilando ódios e preconceitos. O presidente invade a vida das pessoas, se comunicando como se estivesse entre comparsas, tratando todos como inimigos a serem destruídos.

Bolsonaro tenta se passar como um cara comum e como tal tenta convencer de que está se sacrificando pelo país e chama a todos a fazerem a mesma coisa. Quer que todos pensem que são iguais a ele: vulgar, ignorante, cheio de ódio. Ele é o porta voz daquilo que seria censurável, mas saindo da boca e dos gestos do presidente se tornam aceitáveis. E nesse contexto de crise do neoliberalismo ele se torna importante para o convencimento dos pobres a aceitarem as medidas restritivas de seus direitos. E o mais grave, ele acaba por autorizar e validar o machismo, o racismo, a homofobia e a violência contra os grupos que vivem em situação de vulnerabilidade.

O sistema capitalista parece mudar uma perspectiva de décadas, em que se fazia a gestão das desigualdades e se mantinha certo equilíbrio nas relações sociais. Agora, ao contrário, se pretende lucrar com aqueles benefícios que eram destinados a essa gestão e, a partir da qual, se mantinha uma certa convivência entre ricos e pobres. O rearranjo do capital quer retirar do Estado migalhas que antes eram destinadas aos pobres. Ou seja, agora se lucra com mais voracidade com a miséria.



Bolsonaro vem propagando como alternativa, para a segurança pública, a necessidade de investimentos nas milícias e no armamento das pessoas. Indígenas, pobres e negros são as vítimas preferenciais desta política

No que isso vai dar logo adiante, não se sabe, mas é fato que o sistema precisa, nos momentos de crise, se alimentar das sobras que antes eram deixadas para regular as relações de trabalho e de consumo entre os empobrecidos.

O grave, no caso do Brasil (embora pareça oportuno para o sistema ter um governo composto por alguns gestores imbecilizados e lunáticos) é o fato de estarmos no caminho do totalitarismo e da tirania. E, lamentavelmente, essa parece ser uma tendência, pois o governo Bolsonaro vem atuando muito drasticamente na “baixa política”, coibindo liberdades, propagando como alternativa, para a segurança pública, a necessidade de investimentos nas milícias e no armamento das pessoas. Ele, em sua insana perseguição ideológica, combate a educação pública e demoniza os servidores concursados como se fossem todos comunistas, vermelhos e antipatriotas. Ele imprime marcas ideológicas em tudo e abre a boca cheia de ódio para os setores que agem em defesa das instituições, que ele deveria administrar e fazer funcionar.

Bolsonaro ataca direitos sociais e culturais, ao mesmo tempo propaga a exploração indiscriminada da terra - minérios, madeiras e águas - com o argumento de que na natureza os lucros são fartos e fáceis. Ele, na sua mediocridade, lança afrontas quase diárias às minorias, propaga o ódio e a discriminação. Ele, em sua imbecilidade, faz pouco caso das mulheres vítimas de feminicídio, da violência contra os jovens negros nas cidades, contra os presos nas penitenciárias, contra o sem-terra no campo, contra os povos e comunidades tradicionais. Ele despreza indígenas e seus direitos, ataca quilombolas e suas histórias. Ele legitima privilégios de parentes e amigos, vendendo-se ao séquito de seguidores fanáticos como alternativa à política do compadrio, do fisiologismo e do nepotismo. Ele, nesta baixa política, afronta o Poder Judiciário e escancara a opção pela manutenção dos interesses econômicos em relação a todos os direitos dos indivíduos e das coletividades.

Bolsonaro chega a preocupar os liberais porque faz com que haja uma certa desconexão do aparente bom convívio entre ricos e pobres nos ambientes das desigualdades, além de atrapalhar os interesses do mercado no Congresso Nacional. O governo, em sua imbecilidade, compromete até aqueles que lhe garantem a governabilidade. Cresce, por conta disso, entre as elites do país, a perspectiva de consolidação de uma força aglutinadora de interesses políticos, jurídicos e econômicos, através do denominado de Centrão, dentro do Parlamento. Este deve avalizar o capital e suas reformas abrangentes. Mas, de qualquer modo, fará vistas grossas às políticas de guerra de baixa intensidade de Bolsonaro, porque elas distraem, servem como nuvens de fumaça, já que tiram o foco, desconectam as pessoas dos temas e pautas que lhes dizem respeito, acerca de seus direitos, da política e da economia. Uma arapuca muito bem engendrada.

O entendimento das pessoas acerca desse contexto social, político e econômico será explicitado, num primeiro momento, nas eleições municipais de 2020, onde poderão, através do voto, avalizar ou rejeitar os políticos e seus partidos. Depois disso, estarão expostas e talvez delineadas as perspectivas quanto ao futuro do governo Bolsonaro, se de rompimento ou de sua manutenção provisória. De todo modo, em qualquer dos cenários políticos, aqueles que sofrerão os impactos mais profundos serão os mais pobres, as comunidades indígenas, quilombolas e todos os seres que vivem e dependem do meio ambiente.

Com sua arrogância e imbecilidade, Bolsonaro tornou-se uma boa distração no momento em que o sistema econômico de dominação precisa se rearranjar e explorar ainda mais a pobreza. E nada melhor, para os especuladores do sistema, do que ter no comando do país governantes que se portam como caricaturas, que fazem rir, causam estranheza, até chocam, irritam, geram medo, mas servem bem aos propósitos atuais do capital. Quando o bufão não servir mais, será descartado e atirado à lixeira da história. Até lá, o estrago para o país será imenso. ♦

Resolução aprovada pelo CNJ é marco para o tratamento jurídico-penal de pessoas indígenas no Brasil

Por **Michael Mary Nolan** e **Caroline Hilgert**, da Assessoria Jurídica do Cimi

Há muitos anos, atuamos na defesa dos povos indígenas em processos penais, principalmente no contexto da luta pela demarcação de terras. Esta experiência nos possibilitou conhecer o enorme despreparo dos operadores do direito, inclusive juízes, para lidar e aplicar os direitos dos indígenas na esfera criminal: desde a invisibilização dos indígenas réus até a ignorância total de seus direitos específicos.

Para elucidar, citamos o Habeas Corpus nº 86.305/RS, apresentado em favor de 19 indígenas do povo Kaingang, em trâmite no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em que se pleiteia a tradução do processo, a presença de intérprete para réus e testemunhas indígenas, bem como a realização de perícia antropológica, pedidos estes que foram negados pelas instâncias inferiores. Contudo, a falta de identificação da condição de indígena durante o processo revelou-se ainda mais grave, uma vez que impossibilita qualquer tipo de aplicação de direitos específicos.

É impossível, no Brasil, ter a exata noção da quantidade de indígenas presos. E, como bem dito pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, “se não há indígenas, tampouco há direitos”. A invisibilidade dos indígenas no contexto penal inviabiliza qualquer aplicação diferenciada de políticas e direitos. Não basta que os direitos sejam consagrados em lei nacional e internacional se, na prática, é impossível aplicá-los.

Por isso, a Resolução recém-aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é um marco para o tratamento jurídico-penal brasileiro dos indígenas. Configura-se em um protocolo inédito para as ações dos juízes em todos os processos penais em que a pessoa se identifique como indígena. Além de abraçar o novo paradigma trazido pela Constituição Federal, considera também a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e as Regras de Bangkok para dar as diretrizes a fim de assegurar os direitos destas populações. A Resolução, aprovada no dia 25 de junho, entrará em vigor em 90 dias, e o CNJ elaborará um manual para orientar sua implementação.

O atual Código de Processo Penal brasileiro foi criado em 1941 e, apesar de ter sido substancialmente alterado

“É impossível, no Brasil, ter a exata noção da quantidade de indígenas presos. E, como bem dito por Manuela Carneiro da Cunha, ‘se não há indígenas, tampouco há direitos’”

à organização social, a seus costumes, línguas, crenças e tradições, bem como, no artigo 232, reconheceu os indígenas como sujeitos de direitos. Com isso foi instituído um novo paradigma: deixa-se a política assimilacionista de lado e passa-se a respeitar os indígenas pelo que são, dentro do conceito antropológico de cultura dinâmica. Os citados artigos, em conjunto com os dispositivos da Convenção 169 da OIT, devem ser considerados de

ao longo dos anos, não há o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas consagrados na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, nem daqueles decorrentes da ratificação da Convenção 169 da OIT. Desta forma, inexistente qualquer orientação legal do tratamento jurídico-penal devido aos povos indígenas ou quanto à obrigação de identificação da condição de indígena para possibilitar a garantia de seus direitos.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 231, para além do direito originário à terra que tradicionalmente ocupam, reconheceu aos indígenas o direito

maneira transversal em todos os campos que permeiam a vida dos povos indígenas e seus membros e, em especial, na esfera jurídico-penal.

A Resolução, dentre outras coisas, prevê que, havendo indícios de que a pessoa seja indígena, a autoridade judicial deverá identificá-la sobre a possibilidade de autodeclaração. Caso ocorra, sua identificação como indígena deverá constar no registro de todos os atos processuais, possibilitando assim a efetivação de seus direitos. Ainda, estão previstas as garantias de intérprete para os indígenas acusados em processo penal e de realização de perícia antropológica para aferir as circunstâncias pessoais, culturais e sociais da pessoa acusada, assim como os usos, costumes e tradições da comunidade a que ela se vincula. Também deve ser considerado o entendimento da comunidade indígena em relação à conduta típica imputada, bem como os mecanismos próprios de julgamento e punição adotados por seus membros.

Assim, vamos aguardar que ocorra a implementação da Resolução em todo o judiciário e esperar que, com isso, os direitos dos povos indígenas sejam mais conhecidos, mais visibilizados e, consequentemente, mais aplicados na prática jurídica cotidiana. ♦



Foto: Tiago Miotto/Cimi

Medida prevê garantias para superar invisibilidade de indígenas no contexto penal brasileiro, que inviabiliza aplicação diferenciada de políticas e direitos

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
Banco Bradesco
Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!



Os Xokleng mantiveram costumes, malocas típicas e as vestes tradicionais apesar das violências sofridas após o término da guerra



Após a pacificação, um Posto Indígena foi levantado pelo SPI e por ele os colonos puderam esbulhar o território Xokleng



Há 105 anos, pacificação Xokleng serviu como armadilha para violência e esbulho territorial

“Não tinha como. Os bugreiros tavam matando o povo e a pacificação era o único jeito de parar aquilo. Então a aldeia aceitou. Prometeram o fim das mortes. Mentiram pra gente e nos judiaram bastante”, conta Antonio Caxias Popó Xokleng. O indígena morreu no último mês de maio, aos 80 anos

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

Antonio Caxias Popó Xokleng vivia às margens do que resta do rio Platê, degradado pelos efeitos da Barragem Norte, em uma casa simples, com varanda, sobre um barranco. A estrada de terra e cascalho passa ao lado, aberta em tempos recentes, levando a outras aldeias da Terra Indígena Laklaño-Xokleng. Popó, como é mais chamado, morreu no último dia 15 de maio, aos 80 anos. Meses antes, sentado ao lado da esposa, Vacla Pathé, numa tarde fria e ensolarada, virou-se um pouco e apontou: “Logo ali mais pra trás, no rio, teve a pacificação. Quando nossos líderes antepassados apertaram a mão do branco. No contato eles prometeram nos livrar dos bugreiros. No começo era assim; depois, não”, diz. Usava os dedos para contar quanto tempo havia se passado desde o dia em que seu povo decidiu apertar a mão do branco, confiar naqueles homens cheios de presentes e depois ser traído.

No próximo dia 22 de setembro, a chamada pacificação Xokleng completa 105 anos. Nesse dia, em 1914, os líderes Kovi Pathé e Vomblé Kuzu partiram de um acampamento do povo (que não se fixava em aldeias), no final da madrugada, para o encontro definitivo com os enviados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), fundado quatro anos antes pelo Marechal Cândido Rondon. Os anos anteriores foram marcados pela guerra entre os Xokleng e os bugreiros, assassinos mercenários contratados para entrar na mata e caçar os indígenas como se fossem animais. Os indígenas resistiam como podiam, mas em determinado momento o conflito passou a ser mortalmente desigual em face dos armamentos e da violência genocida dos bugreiros e seus contratantes. O bugreiro se tornava famoso justamente pela alta quantidade de corpos Xokleng que empilhava e, orgulhoso do ofício macabro, que empenhava nas florestas ao redor do rio Platê, fazia o nome e se tornava uma lenda envolta de morte e crueldade neste comércio sanguíneo.

Antes da decisão pelo contato, um eufemismo em face dos anos de massacres contra os Xokleng, os líderes Kovi e Vomblé decidiram reunir o povo para decidir se era chegada a hora de aceitar a pacificação

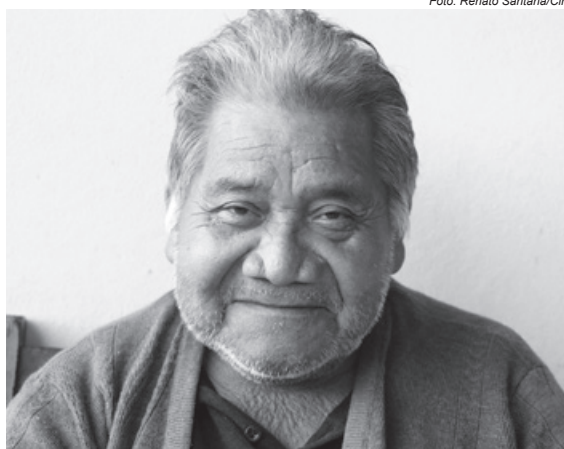


Foto: Renato Santana/Cimi

“Logo ali mais pra trás, no rio, teve a pacificação. Quando nossos líderes antepassados apertaram a mão do branco. No contato eles prometeram nos livrar dos bugreiros. No começo era assim; depois, não”

Caxias Popó



Foto: Renato Santana/Cimi

“Fizeram a pacificação vindo para cá de barco, pelo rio. Num salto que tem ali atrás, Eduardo matou pássaros. Nossa família ouviu os tiros na mata. Ficamos assustados, mas o Eduardo quando viu a gente ofereceu como presente. Sempre tinha presente pra gente na canoa”

Vacla Pathé

ou continuar a luta na mata. Ambos estavam convictos de que a saída era apertar a mão do branco e iniciar uma nova vida. “Os Kaingang acompanhavam o Eduardo”, conta Popó. O tal ‘Eduardo’ era Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, na época um jovem de 18 anos e o servidor do SPI designado para a pacificação, mas que logo após se tornou o principal carrasco dos Xokleng matando indígenas, surrando-os sempre que contrariado, obrigando-os a trabalhos em situação análoga à escravidão e vendendo as terras do povo, que constam da primeira demarcação, na década de 1930. “Se fosse hoje ele tava morto, mas na época a gente sentia raiva, mas não tinha vingança”.

Vacla Pahté lembra: “Fizeram a pacificação vindo para cá de barco, pelo rio. Num salto que tem ali atrás, Eduardo matou pássaros. Nossa família ouviu os tiros na mata. Ficamos assustados, mas o Eduardo quando viu a gente ofereceu como presente. Sempre tinha presente pra gente na canoa”. Vacla era filha de

Kovi, que acabou sendo o primeiro Xokleng a apertar as mãos de Eduardo na pacificação. Popó lembra do relato de sua avó sobre a noite anterior ao encontro que selou o destino do povo: “Todos se reuniram e decidiram que estava na hora da pacificação. Naquele tempo a gente não fixava aldeia, então devia ser em uma das paradas. Fizeram uma grande reza no final. Na reza eles viram, como se fosse um filme, que poderia ser ruim para o Vomblé. Por conta disso, Kovi disse que iria fazer o contato e o Vomblé ficaria recuado. O Kovi disse: se você ouvir eles atirando, atire de volta”.

O resto do povo ficou no meio da mata. Caso Kovi e Vomblé fossem mortos, o combinado era seguir resistindo à pacificação. Se eles voltassem, tudo aconteceria conforme a proposta de Kovi: colocariam fim à guerra. Os dois voltaram e os Xokleng aceitaram a pacificação após anos de guerra com os bugreiros e inúmeros encontros de negociação. O SPI fundou então o Posto Indígena Duque de Caxias, em home-



Os Xokleng entendem a pacificação como uma forma de acabar com a guerra que vinha dizimando o povo



Indígenas Xokleng no Posto Indígena: explorados e violentados pelo SPI

nagem ao bisavô de Hoerhann. No artigo Xokleng e a memória perdida: a história que é melhor não contar, do professor e pesquisador da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), o historiador Clóvis Brighentti argumenta que “a paz proposta pelo SPI aos Xokleng em 1914 nunca se materializou, ao contrário, a violência continuou, agora de maneira institucional. O século 20 pode ser caracterizado como um dos mais violentos contra os povos indígenas no Brasil justamente porque a prática era institucionalizada, era oficializada e legalmente amparada pelo regime tutelar a que eram submetidos os indígenas. A tutela era a extensão da guerra, era a impossibilidade de reação, o sentido mais desumano que se pode aplicar a um povo, tolher a liberdade e impedir que reajam”.

Brighentti explica que o SPI considerava as terras Xokleng como de sua propriedade. As poucas terras reservadas como acordo de pacificação, escreve o historiador da Unila, “foram sendo reduzidas, dos cerca de 40 mil hectares reservados no início do século restou aos Xokleng menos de 15 mil. Acordos, negociatas e abusos foram marcas no processo de roubo das terras. Em 1963, uma invasão é organizada por empresários regionais com centenas de famílias camponesas para roubar os últimos 15 mil hectares. Sozinho e sem apoio, as lideranças indígenas se deslocaram a pé até capital do estado para denunciar e cobrar uma solução”. A revisão dos limites, com a possível retirada dos invasores, começa a ter um fim apenas em 1998. No entanto, a demarcação acabou judicializada e o processo encontra-se em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) em Ação Civil Ordinária (ACO) 1100 impetrada pelo estado de Santa Catarina, empresas madeireiras e outros ocupantes. Mais recentemente, o Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, onde se discute uma reintegração de posse movida contra o

povo Xokleng, foi reconhecido como de Repercussão Geral, por decisão do ministro-relator, Edson Fachin, por ter argumento contra a ocupação indígena tratado também por outras ações que correm na Corte Suprema: a tese restritiva do Marco Temporal.

No entanto, para a população que vive nos municípios que incidem sobre a Terra Indígena Laklaño-Xokleng, e levam adiante as histórias deixadas pelos colonos antigos, tais discussões passam ao largo. “A sociedade regional reconhece Eduardo de Lima e Silva Hoerhann como o herói pacificador, aquele que teve a audácia de estabelecer o contato e conviver com esse povo por praticamente meio século. Foi ele quem garantiu a tranquilidade para a sociedade regional, que impediu aos indígenas circularem por seu território tradicional, também foi o responsável por introduzir os valores e costumes das sociedades ocidentais no seio esse povo”, explica Brighentti em seu artigo.

Um dos relatos ouvidos pela reportagem, durante a visita à Terra Indígena, foi coletado e sistematizado pelo professor da Unila. Aqui seguimos a edição dada por Brighentti a partir da fala de um Xokleng: “Meu avô trabalhava para o Eduardo, e contava o que o ele fazia com os índios. Um dia Eduardo chamou meu avô, e como ele se demorou um pouco, e quando ele estava chegando, o Eduardo mandou ele parar e mandou ele ficar ali, e o utilizou como um alvo; começou a dar vários tiros, e um tiro acertou a orelha do meu avô, que ficou sem um pedaço da orelha, então meu avô contava que o Eduardo disse pra ele: eu só fiz isso pra treinar a minha arma nova. Então hoje nós não contamos pros nossos alunos que o Eduardo foi um herói porque ele judiou muitos dos índios, massacrado muito os índios, porque a história que nós ouvia do meu avô, meu tio sempre contou também e outro mais velho também contava, que foi muito sofrido”.

Depois da ‘pacificação’, a Barragem Norte

Os anos após a pacificação foram de violência, redução drástica do território tradicional, pela comercialização de lotes patrocinada pelo SPI, atendendo às companhias de colonização patrocinadas pelo governo federal. Mesmo assim, os Xokleng mantinham uma aldeia, tecido social, territorialização e organização política própria. Hoerhann introduziu à força os costumes brancos e ocidentais.



Cláudio Xokleng, logo após a pacificação: perto de morrer, pediu para o povo não o cremá-lo, como era a prática tradicional. Pediu para ser enterrado na Serra da Abelha e assim ajudar o povo no futuro

“Obrigava a gente a usar roupa, rezar e a trabalhar nos horários dos brancos”, conta Caxias Popó. “Não vamos ser mais bobos. Temos de ser mais como os brancos. Estudar, ir para a escola. Assim eles não nos matam mais. Ficar contra eles acabam com a gente. Era assim que se pensava”, diz. A estratégia contra o genocídio logrou êxito, apesar de toda dor e sofrimento com as violações perpetradas pelo SPI. O tempo foi passando, as décadas correndo.

No final da década de 1970, uma nova ação estatal no território tradicional Xokleng impacta o povo: a Barragem Norte. “A vida antes da barragem era tranquila. Nada desmoronava, o rio era normal. Hoje não tem mais peixe porque não tem mais água. Tinham os poços, hoje é só lodo e areia. As margens

do rio eram baixadas. Usávamos pra agricultura. Agora é um trecho de terra perdido, que não se usa. Antigamente era farto. Até para tomar um banho era bom”, conta Popó. Para o indígena, o rio não irá sobreviver. “Fazíamos até aposta pra ver quem cruzada o rio a nado. Hoje dá pra caminhar de um lado para o outro. Quando tem tempestade, aí é o inverso: tudo fica inundado”, conta.

A tempestade de 2014 está na memória do povo. Além da Barragem quase transbordar, o que seria uma espécie de tsunami sobre o território, ao menos seis das oito aldeias ficaram isoladas, tendo que receber alimentos com a ajuda de helicópteros do Corpo de Bombeiros. “Quando deu a tempestade, a casa estava por ali também (apontando para mais perto do rio). Era umas dez horas da noite... a casa estava para cair, rachando em cima, né. De tanto insistir, entramos no carro (apontando para Vacla) e viemos (para a casa onde estava no momento da entrevista). No outro dia, quando eu fui ver, não tinha caído (a casa), mas estufou a terra, o chão todo subiu. A casa não caiu, mas por debaixo dela tudo começou a desmoronar e ela começou a ficar torta... então antes de cair a gente aproveitou porta, janela, telha... tiramos pra reaproveitar. Depois nós mesmos terminamos de derrubar pra não machucar ninguém”, relata Popó.

“Hoje não tem lavoura, não tem nada. Isso é um problema. Pra usar capoeirão precisa de recurso, dinheiro. Como vamos arrumar dinheiro sem ter nossa agricultura? Eu vivia da terra. Hoje vivo de aposentadoria. Quem não é aposentado precisa trabalhar pros colonos. O pessoal novo perdeu o costume de trabalhar na terra. Uns estudam, outros trabalham fora. Precisamos desse nosso chão. Depois de tanto o que o governo fez, é o mínimo garantir isso pra gente”, conclui Popó. ♦

O chefe do Posto Indígena Duque de Caxias, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, que comercializou as terras Xokleng e cometeu atos de violência contra os indígenas



Uma batalha travada a quilômetros das Terras Indígenas

Por representação direta, presença indígena na ONU leva denúncias à esfera internacional e busca mais espaço com metodologias que respeitem as particularidades dos povos. Governo Bolsonaro reage e tenta, utilizando o Itamaraty, inviabilizar a participação indígena

Por Renato Santana e Tiago Miotto, da Assessoria de Comunicação – Cimi

A presença de lideranças e organizações indígenas nas sessões e audiências de organismos internacionais tem aumentado, e se qualificado, nos últimos anos. Cada vez mais apropriados dos protocolos da Organização das Nações Unidas (ONU), Glicéria Tupinambá, Elizeu Guarani Kaiowá, Eloy Terena, Sônia Guajajara, Adriano Karipuna, entre outras lideranças, levam o clamor dos povos indígenas, e as denúncias das violações de direitos, estabelecendo uma representação diplomática com o intuito de ser direta e baseada em critérios metodológicos.

O processo tem sido longo, e ainda em andamento, mas com resultados satisfatórios. Atualmente, organizações indígenas conseguem participar diretamente dos debates apenas em espaços específicos da ONU. É o caso da Relatoria Especial sobre Direitos dos Povos Indígenas, do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas da ONU, sediado em Nova York, e do Mecanismo de Peritos sobre o Direito dos Povos Indígenas, que se reúne anualmente em Genebra.

A reação do governo Jair Bolsonaro, porém, tem sido mais intolerante a essa presença se comparado com governos anteriores, que costumavam usar o corpo diplomático na ONU para desmentir os relatos dos indígenas, mas sem trabalhar para que não fossem ouvidos. Em manifestação à ONU, o Itamaraty buscou emperrar a discussão sobre uma maior abertura à participação de indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na prática, a representação diplomática brasileira defendeu que a discussão fosse adiada, estratégia utilizada pelo governo para tentar inviabilizar a participação indígena no Conselho.

No dia 15 de julho, o tema foi objeto de debate durante a 12ª sessão do Mecanismo de Peritos da ONU sobre o Direito dos Povos Indígenas (EMRIP, na sigla em inglês), na Suíça. Há algum tempo, indígenas e organizações de apoio vêm lutando para que os povos originários possam ter representação direta no Conselho de Direitos Humanos da ONU, com uma metodologia que respeite suas particularidades culturais e formas próprias de organização.

“Diferente do que acontece no Fórum Permanente ou mesmo no Mecanismo de Peritos, que reconhece as organizações indígenas como suficientes e legítimas para participar, no Conselho de Direitos Humanos podem participar somente organizações com status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU”, explica Flávio Vicente Machado, missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso do Sul.

Pouquíssimas organizações indígenas tradicionais conseguem participar e contribuir com o Conselho de Direitos Humanos. A grande maioria dos indígenas que conseguem acessar a sessão o fazem por espaços cedidos por organizações não indígenas da sociedade civil.

“Fazendo frente a esta situação, o Cimi tem aberto seu espaço às lideran-



Michelle Bachelet, Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, apresenta uma atualização oral sobre as atividades de seu Escritório

ças, cedendo sua fala para elas, mas entendemos que isso está muito aquém do que é necessário. Defendemos que o Conselho de Direitos Humanos, órgão máximo que discute esse assunto na ONU, precisa assumir a representatividade indígena”, defende Machado.

A demanda tem sido apoiada pela União Europeia e por países como Suécia, Finlândia, Peru, México, Canadá, Bolívia, Austrália e Nova Zelândia, aponta o jornalista Jamil Chade. Na contramão, a representação do Brasil defendeu que o tema já está sendo discutido pela Assembleia Geral da ONU, em Nova York, e que é necessário “evitar a proliferação de negociações em diferentes fóruns”.

A representação brasileira no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas apontou, ainda, que acha melhor que se busque “uma solução sistêmica” e que, no debate sobre a participação indígena, é necessário levar em conta “as discussões em curso acerca da promoção da eficiência” no Conselho – uma indicação de que, para o governo Bolsonaro, a participação direta de indígenas seria pouco eficiente.



Painel tratou dos deslocamentos forçados e reuniu entidades nacionais, internacionais e o governo brasileiro

Durante sua manifestação na sessão do Mecanismo de Peritos, no mesmo dia, o Cimi apontou propostas para a superação do que considera serem “obstáculos sérios” à participação dos povos indígenas no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Entre esses obstáculos estão as línguas oficiais da ONU, que são apenas seis e “não são faladas por grande parte dos povos indígenas”, e o fato de que a obtenção do status consultivo nas Nações Unidas é especialmente difícil para as organizações indígenas.

“As formas próprias por meio das quais os povos indígenas se organizam para lutar por seus direitos devem estar refletidas nos processos de participação no Conselho”, afirmou, em nome do Cimi, o representante da entidade em Genebra, Paulo Lugon Arantes.

O Cimi defendeu, ainda, que o Conselho trabalhe de forma mais detalhada no assunto, para avançar no desenvolvimento de mecanismos que facilitem a participação dos povos originários e, inclusive, permitam seu diálogo e incidência nos espaços informais do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra.

“Encorajamos o desenvolvimento de uma metodologia específica, em conjunto com os povos indígenas, identificando os principais desafios para a participação, respeitando o protagonismo indígenas, de acordo com suas necessidades culturais e espirituais específicas e prioridades de participação no Conselho”, apontou a entidade.

A indígena Rayanne Baré, que está em Genebra representando a Rede de Juventude Indígena (Rejuind) durante as atividades do Mecanismo de Peritos da ONU, avalia que a posição do governo brasileiro é preocupante. “O Brasil não quer a participação dos povos indígenas dentro desse espaço do Conselho de Direitos Humanos. Isso é muito preocupante, diante de todos os processos de violação que a gente já vem passando”.



Uma visão geral dos participantes durante a 41ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos. 24 de junho de 2019

Foto: Jean Marc Ferré/ONU

Guarani Kaiowá e Karipuna contestam governo brasileiro em evento paralelo ao Conselho de Direitos Humanos da ONU

“Eu represento o povo Guarani Kaiowá. Muita dificuldade, muita luta pra chegar até vocês. Venho como mãe, com uma criança no peito, com muita dor... eu não aguento mais. São só negócios e negócios, interesses políticos. E o nosso direito, onde fica?”, disse Janete Guarani Kaiowá no início de seu pronunciamento ao painel *Os Impactos do Deslocamento Forçado Interno Sobre Povos Indígenas – Proteção Internacional e a Situação Brasileira*, evento paralelo à 41ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU). Mediou o debate Ulises Quero, coordenador para a América da Franciscans International.

Janete estava, momentos antes de se dirigir ao painel, no plenário da 41ª Sessão, com a pequena Elisandra em seu colo, onde também fez uma fala denunciando a situação do seu povo, que vive no Cone Sul do Mato Grosso do Sul em situação amplamente documentada de emergência humanitária, mas longe das preocupações do governo brasileiro. Durante o painel, um representante do Itamaraty se pronunciou dizendo que “o Brasil tradicionalmente tem sido um ator ativo e construtivo nos principais fóruns e instituições relacionados à promoção dos direitos dos povos indígenas e reiteramos nosso compromisso com os interesses dos povos indígenas, que são constitucionais”.

A frieza protocolar da diplomacia brasileira ressoou de forma constrangedora a todos e todas. Conforme lembrou o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, “em 2019 não temos nenhuma terra demarcada. Temos, no lugar, um presidente que insiste em quase semanalmente declarar aos jornais e em seu twitter que não vai demarcar as terras indígenas, que ele que manda e que ele não vai fazer, em contraponto à Constituição que determina a

demarcação”. O discurso contra a demarcação, explica Buzatto, incita à invasão de terras da União, de usufruto exclusivo do povo que a ocupa, e o esbulho: razão dos deslocamentos forçados.

Vindo de Rondônia, Adriano Karipuna denunciou as ameaças a que estão submetidas as aldeias do povo. “Por conta do governo brasileiro. Dizem pra gente que a terra não é nossa (...) que não gera riqueza pro Brasil e pro município e que é muita terra pra pouco índio”, explica. Entre setembro de 2015 e maio de 2018, foram desmatados o equivalente a 11 mil campos de futebol no interior da Terra Indígena Karipuna. Em fevereiro de 2018, madeireiros e grileiros atearam fogo no Posto Indígena de Vigilância (PIV) da Fundação Nacional do Índio (Funai). Os deslocamentos internos dos Karipuna se dão em cenário onde a ação de criminosos esbulha o território tradicional.

Mais fatores motivam deslocamentos

Um outro elemento apontado pelo Karipuna é a liberação de agrotóxicos. Já são 211 novos venenos no mercado com o aval do governo Bolsonaro, em seis meses de mandato. Como as Terras Indígenas são cercadas ou invadidas por monocultivos, os agrotóxicos se tornam um perigo mortal para os povos que estão vulneráveis a eles por terra, ar e rios. Mais uma razão para deslocamentos forçados. “Como indígena, vamos continuar mantendo a floresta em pé, pra combater o aquecimento global e pra dar continuidade à existência do meu povo. Os não indígenas necessitam direta e indiretamente da floresta em pé”, ressaltou.

Adriano se dirigiu aos representantes da diplomacia brasileira dizendo: “o que seu governo tá fazendo não é legal para os povos indígenas. Trazemos o discurso de ódio que faz contra o povo indígena. Recentemente publicou uma nota tirando vários direitos dos povos indígenas, a demarcação, municipalização da saúde indígena... o governo brasileiro humilha o povo e mata o povo no cansaço... não levem isso pro lado pessoal, é um problema de governo”.

Para a liderança da Kuñangue Aty Guasu (Grande Assembleia de Mulheres Guarani Kaiowá), Alenir Guarani

Kaiowá, o governo “fala bonito dentro do papel, mas não está sendo cumprido dentro do nosso país. Eles estão lutando pra tirar os direitos indígenas. É muito bom de ver que temos os nossos representantes fora do país, que faz coisa bonitinha no papel, mas não está sendo cumprido. Se estivesse tudo bem, não estaríamos gritando pela ajuda internacional”.

Janete, que também é da Kunangue Aty Guasu, completou dizendo que se sente muito indignada em ouvir o governo dizer que atende os povos indígenas quando na verdade seu povo sofre sem terra, envenenado em retomadas, vagando pelo sul do Mato Grosso do Sul em acampamentos às margens das rodovias e se deslocando acudados por pistoleiros.

A indígena Guarani Kaiowá apontou que a violência que recai sobre as aldeias afeta diretamente as mulheres: “Quando nossos maridos são destruídos e criminalizados... deixam a família, deixam esposa, os filhos... a gente fica com criança, quem vai ajudar uma mulher sozinha? Como mulher a gente precisa lutar pra sobreviver”.

Esbulho como estratégia

“O deslocamento forçado de povos ocorre desde o princípio do processo colonial e continua até hoje. O instrumento estratégico para isso é o que denominamos esbulho possessório, a expulsão dos povos indígenas de suas terras tradicionais”, analisou o secretário executivo do Cimi. Com o decorrer do tempo, seguiu Buzatto, se tornou “uma política de Estado no Brasil (...) uma parte é o próprio Estado que tem executado essa estratégia, essa política de expulsão, que também afeta quilombolas e outras comunidades tradicionais nas mais diversas regiões do Estado brasileiro”.

No entanto, não é apenas o Estado responsável pelos deslocamentos internos forçados de populações indígenas no Brasil. “Há várias situações em que as terras indígenas são griladas, sob os olhos do Estado brasileiro, que não age no ritmo certo para impedir esses esbulhos (...) são várias situações pelo Brasil, o caso Karipuna é uma dessas situações que sofre processo de esbulho territorial com risco iminente de serem deslocados, especialmente povos isolados que sofrem essas expulsões” e, na maioria das vezes, quando se tem notícia do fato é tarde demais para agir. →

→ O representante do governo brasileiro não tratou diretamente do assunto. Citou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), garantindo que o Brasil segue como um dos 23 países signatários, a Declaração Americana dos Direitos Humanos, a Declaração das Nações Unidas e o documento final da Conferência Mundial dos Povos Indígenas. Reconheceu apenas um ponto: que há desafios a serem enfrentados. Lembrou da passagem da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, por Genebra e do especial interesse dela pela questão indígena. Por fim, fez o que era esperado: citou que 12,5% do território brasileiro é ocupado por 606 terras indígenas demarcadas e que essa área equivale a um punhado de países europeus juntos.

A representação do governo brasileiro, que usa essa estratégia desde o governo Dilma Rousseff, só esqueceu de dizer que de acordo com o Atlas Agropecuário, lançado pela Imaflo, GeoLab da Esalq/USP e a KTH da Suécia, 53% da malha fundiária é privada no Brasil, sendo 28% destas consideradas grandes propriedades, ou seja, maiores do que 15 módulos fiscais. As áreas protegidas somam 27% – incluindo terras indígenas – e os assentamentos apenas 5%. Ou seja, mais da metade do território nacional: deste total, 28% estão nas mãos do latifúndio. O agronegócio, a agricultura produzida em escala e metodologia industrial (monocultivos) e concentrada nas mãos de poucos, ocupa a maior parte das terras do país.

“Os povos indígenas brasileiros e suas terras enfrentam enormes ameaças e a situação em breve se tornará insustentável na estação seca”, afirmou Richard Pearshouse, assessor de Crises e Meio Ambiente da Anistia Internacional, após retornar das Terras Indígenas Karipuna e Uru-Weu-Wau-Wau, em maio deste ano.

“O governo deve proteger os povos indígenas que estão defendendo suas terras, ou haverá derramamento de sangue”. No Evento Paralelo, Pearshouse, um dos painelistas, informou ao governo brasileiro que fotos aéreas das terras foram feitas no dia 1o de janeiro pela Anistia Internacional e outras serão feitas em 31 de dezembro, como efeito comparativo.

Cimi se pronuncia com novas denúncias

Na manhã do dia 25 de junho, às 8h30, horário de Brasília, o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, fez um pronunciamento durante a 41ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU). Buzatto apontou que “nenhuma terra indígena foi demarcada em 2019 e o presidente Bolsonaro tem declarado insistentemente que não assinará qualquer demarcação de terra indígena em seu governo”. Diferente de outros anos, 2019 tem sido particularmente preocupante, conforme o secretário



Secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, em pronunciamento ao Conselho de Direitos Humanos da ONU

executivo do Cimi, porque o atual governo insiste “por meio de duas Medidas Provisórias, a 870/19 e a 886/19, em retirar a competência relativa às demarcações de terras indígenas do Ministério da Justiça e a transferir para o Ministério da Agricultura, historicamente contrários aos direitos dos povos originários”.

Conforme Buzatto pontuou, “a retórica integracionista de diversos membros do governo serve de estímulo para preconceitos antigos e coloca as vidas dos povos indígenas em risco no Brasil”. O resultado tem sido catastrófico também pelo fato de que os meios de vida dos povos indígenas têm sido afetados. “Em maio, foram derrubados 739 quilômetros quadrados de floresta, o que equivale a dois campos de futebol por minuto. Um aumento de 34% em relação ao mesmo mês do ano passado”, disse. No caso dos desmatamentos, Buzatto aponta os casos das terras indígenas Karipuna e Uru Eu Wau Wau, em Rondônia, e Arara e Apyterewa, no Pará, como emblemáticos e levando para os povos o risco de genocídio.

O missionário indigenista denunciou ainda a liberação desenfreada de agrotóxicos. “O governo brasileiro já liberou 211 novos pesticidas em menos de seis meses. Em muitas situações esses produtos são usados em fazendas no entorno das terras indígenas e até sobre aldeias. Como exemplo temos o despejo de agrotóxicos, com uso de avião agrícola, sobre a aldeia Guyraroká, do povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, que provocou a morte de animais e a internação de quatro crianças e dois adolescentes deste povo em hospitais da região”, destacou. Até o dia 23 de julho, o número de agrotóxicos liberados chegou a 290.

Ao se posicionar abertamente contra os direitos constitucionais dos povos indígenas, entende Buzatto, o presidente Jair Bolsonaro retira de seu governo a capacidade de mediação. “Ao assumir explicitamente como seus os interesses ruralistas, em confronto com

os direitos indígenas, o governo brasileiro perde a condição de mediador em situações de conflito entre as partes, o que deixa os povos originários em situação de extrema vulnerabilidade”.

Dessa maneira, o secretário do Cimi pediu a atenção do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o monitoramento e a intervenção do mecanismo multilateral a partir de seu Alto Comissariado. O governo brasileiro solicitou o direito de resposta às denúncias imediatamente após o pronunciamento do Cimi, mas até o fechamento desta matéria ainda não havia se dirigido ao plenário do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o que estava previsto para acontecer no final da tarde desta terça.

Organizações denunciam Moro e a Lava Jato

Durante um debate com o relator da ONU, Diego García-Sayán, sobre a independência do Judiciário, representantes da Articulação Justiça e Direitos Humanos, grupo composto por 25 entidades entre elas a Justiça Global, Terra de Direitos, Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Geledés – Instituto da Mulher Negra, criticaram o ex-juiz Sérgio Moro, atual ministro da Justiça e Segurança Pública do governo brasileiro, pego em conversas que colocaram em questão a imparcialidade e a independência da Operação Lava Jato.

“A independência da magistratura é uma responsabilidade imposta sobre cada juiz e se afirma em decisões honestas, imparciais baseadas no direito e nas provas”, indicou o grupo em uma declaração lida na ONU por Elida Lauris e divulgada pelo blog do jornalista Jamil Chade. “Neste momento no Brasil, a investigação jornalística do (site) Intercept colocou em questão a imparcialidade e a independência da Operação Lava Jato, a operação brasileira mais reconhecida de luta contra a corrupção”, declararam as entidades.

“Foram revelados diálogos comprometedores, envolvendo o principal juiz da operação, Sérgio Moro, e o grupo de procuradores responsáveis do caso (...) os diálogos apontam a indícios de extrapolação de funções, com posições partidárias, superposição de papéis entre juizes e procuradores e parcialidade na condução do processo”, disse Elida. “A luta contra a corrupção feita sem o devido processo legal e garantias corrompe a confiança no sistema de Justiça”, completou Elida.

Ainda de acordo com o texto de Chade, o governo brasileiro pediu um direito de resposta e alertou que o Conselho da ONU para Direitos Humanos não era o local apropriado para debater tais temas. “Lamentamos e acreditamos ser inapropriado trazer alegações para o Conselho relacionados a assuntos que não foram devidamente examinados pelas autoridades e pelo sistema judiciário no Brasil”, disse um representante da chancelaria. ♦



Com dificuldades domésticas para encaminhar denúncias relacionadas aos direitos humanos

Indígenas ocupam a Sesai e pedem a saída da secretária de saúde indígena

Por **Maurício Angelo**, do Inesc

Restabelecimento da autonomia de gestão, normalização dos repasses mensais, renovação de contratos emergenciais de transporte, fim da perseguição a lideranças indígenas, transparência no orçamento, retorno da participação social e a reativação dos conselhos que foram extintos arbitrariamente.

Estas são as principais reivindicações dos 115 indígenas que ocuparam a sede da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) em Brasília na primeira quinzena de julho. Vindos do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Litoral Sul, que abrange os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, os indígenas pedem a saída da secretária Sílvia Waiãpi, nomeada em abril por Jair Bolsonaro.

Novas comitivas de povos indígenas de outras regiões do país chegaram no decorrer da ocupação.

Retrocessos sem fim

A gestão Bolsonaro tem colecionado atritos com o movimento indígena desde que assumiu o poder em janeiro. Junto com o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que é da bancada ruralista do Mato Grosso do Sul, e da nova secretária da Sesai, as ameaças e retrocessos se acumulam.

Logo no início do ano, em fevereiro, o desmonte do Mais Médicos atingiu especialmente os povos indígenas, como o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostrou em levantamento exclusivo. Em março, a mobilização indígena precisou ir às ruas em todo o país para evitar o fim da independência da SESAI e a municipalização da saúde.

Em abril, durante o Acampamento Terra Livre, Waiãpi foi nomeada e o atraso do repasse financeiro para as entidades que atuam na saúde indígena causava um caos no atendimento. A participação social também sofreu um duro baque com o fim do Conselho Nacional de Política Indigenista, o Fórum de Presidentes dos Condisi (Conselho Distrital de Saúde Indígena), e outras instâncias relevantes. Em maio, Bolsonaro alterou a SESAI por decreto, extinguiu o Departamento de Gestão, eliminou o caráter social na administração e forçou, na prática, a municipalização.

“Depois que a Sílvia entrou, a secretaria sofreu um verdadeiro desmonte. Hoje, os distritos não têm mais autonomia para poder fazer o trabalho. Eles não municipalizaram a saúde, mas desmancharam a secretaria. Se você não tem autonomia de gestão, você não toma decisão. A impressão é que a SESAI acabou”, afirma Kretã Kaingang, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil para a Região Sul.

Sem qualquer plano de gestão apresentado até o momento, a avaliação é que a SESAI se tornou um “elefante branco” e agora depende exclusivamente das decisões tomadas a portas fechadas no ministério.

Esta soma de promessas não cumpridas e retrocessos impostos à força foi o que levou à ocupação atual da Sesai e o pedido pela saída da secretária Sílvia Waiãpi. Mobilizados, os indígenas prometem só deixar a sede da Secretaria depois que a situação for finalmente resolvida.

Perseguição a líderes indígenas

Kretã Kaingang também enumera uma série de outros problemas, como a perseguição a líderes indígenas por parte de Waiãpi, que teria um perfil autoritário.

A secretária entrou com um processo contra Issô Truká, liderança da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e do Condisi, e também acionou na justiça outras lideranças. “É uma perseguição muito grande, não



Indígenas durante ocupação à sede da Sesai, em Brasília. Em destaque, Kretã Kaingang

Promessas não cumpridas e retrocessos foram os motivos que levaram à ocupação da Sesai e o pedido pela saída da secretária Sílvia Waiãpi



Indígenas do DSEI Litoral Sul ocupam sede da Sesai, em Brasília

é dessa maneira que se dialoga. Ela é uma pessoa muito autoritária e não quer ouvir. Com todo o respeito que ela merece por ser uma indígena, de gestão pública e de política ela não entende nada, ela não sabe o que é a palavra diálogo”, afirma Kretã.

No DSEI Litoral Sul, que tem uma população de 23 mil indígenas de 11 povos diferentes, a situação tende a piorar bastante a partir de agosto. O contrato com a empresa que presta o serviço de logística de transporte para os pacientes e profissionais da saúde se encerrou em 30 de julho. Uma nova licitação precisava ser concluída até esse prazo, mas até hoje nada foi feito. Agora não há mais tempo hábil, informam as lideranças.

Com isso, indígenas que, por exemplo, precisam fazer hemodiálise até três vezes por semana em cidades próximas, gestantes que necessitam de pré-natal e crianças com atendimento especial estarão prejudicadas. O contrato, que deveria ser renovado em abril, por um acordo entre Ministério Público Federal, Ministério da Saúde e povos indígenas, está em risco pela demora excessiva por parte da Saúde.

“Isso dá a impressão de que é realmente uma política de genocídio. Passou o tempo, não responderam, guardaram aqui. Licitação não é uma coisa simples. As empresas que prestam o serviço também têm receio de assumir compromisso com esse governo porque os repasses atrasam sempre”, diz Kretã.

A frota de veículos atende os povos Guarani, Xetá, Kaingang, Terena, Tupi-Guarani, Krenak e Pataxó. A maioria dos profissionais que realiza o atendimento e mora na cidade, como médicos, dentistas, enfermeiros, também ficarão sem transporte.

O problema se arrasta pelo menos desde o fim de 2018, quando o diretor do Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI), agora extinto, Márcio Godoi Spindola, se comprometeu com o pleno funcionamento do transporte na região. Na época, a promessa era de que o orçamento disponível para 2019 seria de 22 milhões. Além do problema emergencial no DSEI Litoral Sul, todo a definição orçamentária da Sesai está sendo feita sem diálogo e transparência por parte de Waiãpi.

Governo ignora justificativas para reativar conselhos Outro problema grave é que o governo Bolsonaro ignorou todas as três justificativas enviadas pelos povos indígenas para reativar o Fórum de Presidentes dos Condisi, que havia sido extinto por decreto, junto com centenas de outros conselhos e instâncias participativas. O prazo, de até 28 de junho, foi cumprido. As solicitações, no entanto, não foram aceitas.

“Todas as nossas justificativas foram ignoradas. Na verdade, eles não querem ser fiscalizados pelos povos indígenas. Precisamos sim fiscalizar o nosso orçamento, ter transparência e controle social em todas as áreas. Com a extinção do Fórum dos Condisi, tudo é o ministro que decide. Isso é muito ruim”, afirma Kretã.

Enquanto isso, o Ministério da Saúde liberou em um dia, na última segunda-feira, R\$ 1,1 bilhão em emendas parlamentares para agradar aos deputados e garantir a aprovação da reforma da Previdência.

O ministro Mandetta (DEM) reconheceu sem pudor que a liberação desse montante, na véspera da discussão sobre a reforma da Previdência na Câmara, foi “um esforço” pela aprovação da proposta.

Nota da Sesai

Em resposta à reportagem, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), declarou em nota que “não há atraso em repasses para Distritos Sanitários Especiais de Saúde (DSEIs). A secretária Sílvia Waiãpi tem priorizado o diálogo direto com os povos indígenas por meio de visitas às unidades de saúde indígena e às aldeias para verificar, pessoalmente, as condições de atendimento.

A Sesai também afirmou que “a autonomia dos DSEIs permanece inalterada e o atendimento efetivo aos indígenas segue sendo executado dentro da normalidade”. ♦

Povo Karuazu: 20 anos de luta e resistência

Por *Equipe Alagoas, Cimi Regional Nordeste*

O povo Karuazu celebrou, entre os dias 25 e 26 de maio, na aldeia Campinhos, município de Pariconha (AL), os 20 anos de reconhecimento étnico. A festa retrata um momento de fortalecimento da forma de organização social, política e religiosa do povo, na construção de um processo de esforço coletivo, das lideranças, jovens, mulheres, aliados e parceiros, no fortalecimento do “ser índio”, frente a uma conjuntura difícil e contrária aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, que resistem aos ataques de perseguição, discriminação, exclusão e negação dos povos indígenas. Os povos Kalankó, Koiupanká, Katokinn, Jeripankó e Pankararu estiveram nos festejos, assim como demais aliados e parceiros.

Os Karuazu estão localizados na porção oeste do sertão de Alagoas. Divididos em duas aldeias, nos povoados Campinhos e Tanque, com algumas famílias no povoado Capim. Descendentes do Povo Pankararu, de Tacaratu (PE), migraram para Alagoas no século XIX, em decorrência dos processos de desterritorialização, sobretudo com o esbulho das terras do aldeamento Brejo dos Padres, além das prolongadas secas e as precárias condições de vida. Vieram em busca de trabalho e comida, encontrando apoio e trabalho nas terras de Pantaleão de Araújo, afrodescendente que com muito esforço e trabalho conseguiu adquirir a posse de terra no povoado Campinhos, em Pariconha. Nessa terra os Karuazu viram sua história de deslocamentos forçados mudar.

Em 19 de abril de 1999, na Festa do Reconhecimento, os Karuazu mostraram ao país quem são e perante o Estado reivindicaram o reconhecimento enquanto povo indígena, tendo o apoio de outros povos, caso dos Pankararu de Pernambuco, tronco no qual estes índios têm sua origem e tradição, os Jeripankó, os Kalankó e os Xukuru-Kariri e a Articulação dos Povos indígena do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime). O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) esteve presente.

A medida que adquiriram autonomia étnica, econômica e territorial, outras famílias foram se instalando na região entre idas e vindas ao aldeamento Pankararu, para participação nos rituais, visita aos parentes. Surgiu então a necessidade de organização do grupo local, pois estes não poderiam ser atendidos como indígena em Pankararu, nem em Jeripankó, outro povo que estava próximo. Com o apoio das lideranças destes dois últimos povos, os Karuazu deram início, em 1998, à luta pelo reconhecimento étnico. Se organizam publicamente enquanto povo Karuazu com o Toré, as práticas rituais, os costumes antigos, corrida do Umbu, Queima do Cansação, trabalhos de mesa e curas, os Praiá e de toda a relação de parentesco com os Pankararu.

Terra e economia

Os Karuazu, embora reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), vivem em área domínial, terras herdadas de Pantaleão de Araújo, instalando nelas os terreiros (local de prática ritual), o Poró (casa onde os homens fazem suas orações e vestem-se com as roupas sagradas do Praias), casa de oração, o prédio da associação e a escola (a educação escolar indígena é uma demanda da comunidade). São atendidos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), com uma equipe multidisciplinar; atualmente estão construindo um prédio onde será instalado o posto base de saúde indígena.

A base econômica do povo é a agricultura. Cultivam milho, feijão, mandioca, criação de pequenos animais e muitos dependem dos benefícios dos aposentados e programas sociais do governo federal. Pela falta de terra, pois não houve processo de identificação territorial, muito dos homens do povo precisam migrar para trabalhar no corte da cana, centros urbanos ou nas fazendas da região onde se paga uma diária entre R\$ 35 a R\$ 40.



A festa foi um momento de fortalecimento do povo Karuazu e da luta dos povos indígenas



A juventude fez uma homenagem ao pajé Antônio e sua esposa Maria “Galega” durante abertura dos jogos

O desafio para o povo Karuazu é a identificação e regularização do território tradicional, pois sem área demarcada a população não tem o seu direito à terra respeitado, além de que continuam tendo que se submeter a trabalhos em condições degradantes e a conviver com o confinamento conforme o aumento demográfico do povo. O movimento indígena nacional, juntamente com os aliados da causa indígena, tem como pauta de reivindicação a luta pelo direito ao território, por uma educação escolar indígena diferenciada, que fortaleça a identidade dos povos, e em defesa do subsistema de saúde indígena diferenciada, que respeite as práticas medicinais dos povos.

20 anos de luta e resistência

As comemorações tiveram o objetivo de proporcionar o fortalecimento, valorização do povo, bem como de realçar na data as demandas históricas dos Karuazu, e promover momentos de troca de experiências e envolvimento da juventude para garantia e defesa dos seus direitos. Emocionado, pajé Antônio disse: “tenho prazer em comemorar os 20 anos, nasci índio, e sou índio até morrer”. A ex-missionária Auta Maria de Oliveira frisou que “a luta dos índios abre caminhos de esperança para outras lutas da sociedade”. Maria de Fátima Karuazu pontuou: “são 20 anos de luta, resistência, partilha, construção, força e coragem: é muita força que as pessoas nem imaginam”. Um rosário de falas e celebração para um povo resiliente.

Jorge Vieira, ex-missionário do Cimi, relembra como foi o início da organização do povo e quando as lideranças foram até ele pedir o apoio do Cimi: “lembro quando, num dia de domingo, às 10 horas da manhã, na casa do padre Rosevaldo, em Água Branca, um grupo de lideranças, entre eles Antônio e Edvaldo, me procuraram querendo se organizar como índios, como povo, diante da sociedade; e que seu povo veio do Brejo dos Padres, lá nos Pankararu. Agendamos reunião e organizamos o dia 19 de abril para o povo se apresentar diante da sociedade”.

Francisco Koiupanká lembra que “presenciou o reconhecimento dos Karuazu e meu povo está se somando a essa resistência, comemoração, memória e à garantia da existência. Os jovens são as futuras lideranças e vão fazer a luta, retomando o processo de organização. Se hoje temos educação escolar indígena, saúde... é resultado da organização das lideranças”. Para o professor Lucas Gama “é momento de celebração, reflexão dos que protagonizaram essa luta enfrentando preconceitos e a invisibilidade intencional do Estado, que reflete na vida dos povos tradicionais. Estamos em uma conjuntura adversa, onde o governo tenta matar por meio da compra e porte de armas para proteger os que têm propriedade. Os que ousam reivindicar seus territórios, o governo quer eliminar, e os povos precisam ficar de mãos dadas, lutar por água, lutar por sementes”.

Durante a celebração eucarística, organizada pelo povo, o cônego Washington Luiz, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, de Pariconha, lembrou que “no projeto de Deus não cabe indiferença, concentração de terra, índios morrendo de fome, as florestas sendo destruídas, missionários sendo perseguidos e que a Igreja está ao lado dos povos indígenas, defendendo a vida e a garantia dos seus direitos”. Foi realizada uma caminhada festiva, com muito Toré, rumo à Igreja Nossa Senhora das Dores, pelas principais ruas do povoado Campinhos. No período da noite, o professor e antropólogo Siloé Amorim, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), juntamente com Juliana Barreto, fizeram a exibição de uma memória fotográfica da história Karuazu, onde os presentes puderam reconhecer os parentes e lembrar dos desafios no início da luta.

Houve ainda a abertura da primeira edição dos Jogos Indígenas Karuazu. A juventude, organizadora dos jogos, fez uma homenagem ao pajé Antônio e sua esposa Maria “Galega” como abertura do evento junto com a acolhida das delegações presentes: Katokinn, Koiupanká e representantes Xukuru-Kariri. As modalidades lembram costumes dos povos da região: corrida de pote, corrida com maracá, arco e flecha, zarabatana, borduna e cabo de força, encerrando os jogos com o tacape (quebra de pote) e um grande Toré com todos os povos presentes.

A festa foi um momento de fortalecimento do povo Karuazu e da luta dos povos indígenas, que vive um momento bastante adverso sem demarcações de terras, com o esfacelamento da política indigenista estatal e o incentivo às invasões aos territórios tradicionais por grileiros, madeireiros, mineração e agronegócio. Os Karuazu também ressaltaram suas conquistas, como o posto de saúde e a luta pela escola indígena. Por mais que ainda tenha muita luta pela frente, há 20 anos os Karuazu conquistaram uma importante vitória e celebrá-la anima a caminhada. ♦

Povo Tremembé de Engenho e sua luta contra o racismo, pela autonomia e defesa de seu território

Por *Assessoria Jurídica, Cimi Regional Maranhão*

O povo Indígena Tremembé de Engenho, em São José de Ribamar, no Maranhão, continua na luta pela demarcação de seu território. Em tempos de racismo institucional e de discursos de ódio contra os indígenas, esta é uma luta que demanda constantes articulações, esclarecimentos e informações.

Os Tremembé de Engenho vêm vivenciando processos autônomos que buscam o seu protagonismo frente à reivindicação dos seus direitos, como a criação do Conselho de Lideranças do Povo Tremembé de Engenho, forma própria de política organizativa que foi criada através de Assembleia, em 23 de abril deste ano, sendo garantida pela Constituição Federal essa tomada de decisão⁽¹⁾. A Legislação Internacional⁽²⁾ está composta de vários instrumentos que reconhece aos povos indígenas sua autonomia quanto à reivindicação de sua identidade, à defesa e permanência do seu território, suas formas próprias de organização, do seu modo de vida. Após decidirem pela criação do Conselho de Lideranças, consolidada mais fortemente sua luta pela proteção do território contra invasões, loteamentos ilegais e descumprimento de seus direitos por parte do próprio Poder Judiciário maranhense.

O território em que vive o povo Tremembé já foi amplo, abrangia todo o litoral e era compartilhado pelos Tupinambá da Ilha de Upaon-Açu. Com as invasões e as violências coloniais, muitos indígenas foram migrando para outros pontos do litoral do Maranhão e Ceará, como Almofala e Barra do Bongar, Tutóia, Rio Grande, Santo Amaro, Barreirinhas, Primeira Cruz no Maranhão; e, também, para o Piauí. Aos poucos, algumas famílias foram retornando em busca dos parentes, se reunindo novamente e voltando para o território de Jeniparama, em São José dos Índios

1 Título VIII, Capítulo VIII – Dos índios, Artigos 231 e 232 da Constituição Federal do Brasil de 1988.

2 Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais da OIT, chamada Convenção 169; A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas



Indígenas Tremembé protestam contra a ação da Polícia Militar do Maranhão durante despejo ocorrido em dezembro de 2018

(MA), constituindo o povo Tremembé do Engenho. Encontraram local para plantio e pequena produção, enquanto o acesso ao mar foi ficando cada vez mais restrito. Mesmo reunidos, continuaram a sofrer o preconceito, invisibilização, ameaças pela negação de direitos, pelas invasões e tomadas de seus territórios por interesses imobiliários causando a destruição da

O território em que vive o povo Tremembé já foi amplo, abrangia todo o litoral e era compartilhado pelos Tupinambá da Ilha de Upaon-Açu

antes verde Ilha. A Vila de São José dos Índios é a prova dessa história.

A luta pela permanência no território continua. Foram várias, violentas – e ilegais - reintegrações de posse efetuadas pela Justiça Estadual sem a consideração da questão indígena nas ações para atender aos interesses de um ex-político, que tem a pretensão de tornar uma parte do território em empreendimento residencial; outra parte, em empreendimento empresarial. Vale destacar que já foi construído condomínios em boa parte do que antes era o território tradicional, em sua totalidade. São cerca de 60 famílias convivendo sob a ameaça de saírem da terra em que vivem.

Mesmo após a autodeclaração do povo Tremembé, e a demanda de qualificação dos indígenas atendida pela Fundação Nacional do Índio (Funai), ainda há ações que tramitam na Justiça Estadual ferindo a federalização do processo e competência para a causa determinada pela Constituição Federal, ignorando os direitos dos indígenas. Às vésperas do Natal de 2018, as famílias sofreram uma reintegração de posse brutal, que arrasou roças, açudes, moradias, igreja e sistemas de irrigação, deixando o povo sem subsistência. Algumas semanas depois, o povo voltou, recolheu do solo as raízes e bulbos para replantar no território de onde os indígenas tiram o sustento. Resiliência histórica. Atualmente, a possibilidade de despejo ainda segue ameaçando o povo Tremembé, e só foi contida por uma suspensão precária e provisória por parte da presidência do Tribunal de Justiça.

Mesmo após a autodeclaração do povo Tremembé, e a demanda de qualificação dos indígenas atendida pela Funai, ainda há ações que tramitam na Justiça Estadual ferindo a federalização do processo



A comunidade Tremembé de Engenho é composta por crianças, idosos, homens e mulheres que buscam na terra tradicional seu modo de vida



→ Autodeclaração do povo Tremembé e a realidade dos povos ressurgidos

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Maranhão vem acompanhando a insurgência identitária no estado - processo que pesquisadores e antropólogos nomeiam como antogênese, indígenas ressurgidos; emergência identitária de vários povos indígenas no Brasil, que antes eram considerados “extintos” pela historiografia oficial e pelo Estado brasileiro. Essa situação decorre (ainda hoje) de todo um processo de invisibilização da identidade indígena como forma de espoliação cultural com todas as consequências sociais, territoriais e econômicas do processo colonizador (que também continua a persistir em suas diferentes faces). O discurso de integrar o indígena à sociedade volta no atual governo.

O Nordeste brasileiro foi uma das regiões em que houve violento processo de extermínio dos povos indígenas que habitavam a área litorânea com catequização, guerras, aprisionamentos, escravidão, assassinatos em massa. É importante destacar que o acobertamento da identidade indígena foi uma das formas encontradas por vários povos, e seus descendentes, para a sobrevivência, se não cultural, mas pelo menos física, diante das variadas formas de violência sofridas no decorrer deste projeto “civilizador”. Muitos destes indígenas, inclusive, mantiveram sua comunidade trabalhando como meeiros para os fazendeiros que ocupavam suas terras tradicionais; assim preservavam locais sagrados e permaneciam na terra.

Especificamente no Maranhão, o Cimi, desde 2003, vem acompanhando estes processos de insurgência, caso do povo Krenyê, do tronco linguístico Macro Jê, povo que foi considerado extinto e desterritorializado pela ação do Estado através do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na década de 1960, e que hoje já se encontra em território adquirido pela FUNAI. A partir de 2014/2015, a insurgência identitária dos povos Akroá-Gamella, na Baixada Maranhense, e Tremembé de Engenho, em São José de Ribamar (2018), que, autodeclarados, se encontram com processos junto à Funai para regularização dos territórios.

A autodeclaração dos Tremembé fez emergir toda a carga de preconceitos e estereótipos que se vivencia na sociedade e na estrutura do Estado



Índigena tenta impedir, de forma pacífica, que os tratores destruam a plantação da comunidade: dela sai o sustento para todos e todas

Importante citar dentro do arcabouço jurídico nacional e internacional o direito destas comunidades/povos autodeclarados a partir do que dispõe a Convenção 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) - ratificada pelo Brasil, portanto também internalizada no Direito positivo brasileiro - em que o critério da autoidentificação é preponderante para o reconhecimento de um povo.

A questão jurídica

A situação jurídica do povo Tremembé de Engenho parte inicialmente de uma Ação Possessória (Ação de Interdito Proibitório) que tramita na 1ª Vara Cível de São José de Ribamar (MA), cujo autor é Alberto Franco e a Associação dos Abrangentes do Estado do Maranhão (AABRAEMA) como ré. O objetivo é de “reintegrar” e “restituir” a posse sobre o imóvel, o que causa estranhamento ao povo Tremembé de Engenho e ao próprio universo jurídico, já que o autor da ação nunca exerceu a posse do imóvel. A propriedade

Os Tremembé, além da luta pela terra, enfrentam também explícito preconceito identitário por parte do Estado Brasileiro, especialmente do Judiciário

tampouco foi objeto de perícia de título. Após mais de uma dezena de pedidos por parte do Ministério Público Estadual, o pedido de perícia foi acatado por outra Vara de São José de Ribamar, mas não foi realizado até hoje. Ao longo do processo, as evidências de irregularidades nunca foram devidamente investigadas pelo Estado do Maranhão pelo Instituto de Criminalística (ICRIM).

A sentença de reintegração de posse foi dada pelo juízo de 1º Grau. Desta sentença houve apelação protocolada

pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão como pelo Ministério Público Estadual. Ao receber a apelação, em sede de 2º grau, o desembargador Raimundo José Barros de Sousa, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), indeferiu o pedido do seu efeito suspensivo (que impediria a reintegração de posse até o julgamento final, de mérito, da apelação). Com isso, o desembargador confirmou a reintegração e já determinou a expedição da ordem para seu cumprimento imediato. O mesmo desembargador tentou negar a participação do Ministério Público Estadual no processo e foi denunciado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A primeira data agendada para o cumprimento da reintegração foi em 14 de fevereiro de 2018. Neste dia tenso, o povo Tremembé ficou em vigília, aguardando o cumprimento do despejo. Estavam pendentes de julgamento um pedido Cautelar de urgência, que apontava ao TJ-MA a ilegalidade de se cumprir essa violenta reintegração quando ainda estavam pendentes provas importantes sobre o processo: a perícia de títulos e a denúncia ao CNJ sobre a parcialidade do juiz de Ribamar e do desembargador, que julgou e negou a apelação. A Cautelar foi recebida pelo plantão do TJ-MA. O desembargador substituto, que estava no plantão, fez uma visita ao local devido às denúncias de jagunços rondando e ameaçando o povo Tremembé. O próprio desembargador observou que estavam pendentes provas, que havia indícios de falsificação de títulos e testemunhou a presença de milícia armada acompanhando Alberto Franco. Com isso, o desembargador plantonista acabou concedendo a suspensão da reintegração.



Polícia chegou com tratores para destruir casas e, sobretudo, as plantações dos Tremembé: o despejo pelas vias de fato e simbólico

A persistente grilagem de terras

A grilagem é um dos mais graves problemas da sociedade maranhense. Trata de máfias que operam por dentro da antiga estrutura oligárquica do Estado, roubando terras de trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais. A suspeita de grilagem paira sobre os documentos apresentados pelo “ex-político/dono de cartório” para reivindicar as terras e consequentemente o despejo das famílias Tremembé.

São tão suspeitos que já houve pelo menos 12 pedidos de perícia nesses documentos. Todos negados! No décimo terceiro pedido, a Justiça maranhense autorizou, mas até o momento o Juízo Cível competente de São José de Ribamar ainda não liberou os livros, onde estão os registros de suposta propriedade da terra indígena de Alberto Franco. Nesse embate, o desembargador responsável foi várias vezes denunciado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), porém sem nenhum resultado.

Além da morosidade judiciária, somam-se os riscos que o povo Tremembé de Engenho está submetido pelas ameaças de não-indígenas, que se dividem entre os que alegam ter comprado lotes pela AABRAEMA e pessoas de outras associações preparando áreas do território para a realização de plantios.

Outro fato grave é que a AABRAEMA vem tentando falsamente representar o povo Tremembé de Engenho nas ações em sede estatal, mesmo após a autoidentificação dos Tremembé e seu Conselho de Lideranças. Além disso, as denúncias da prática da venda ilegal (ou mesmo por meio de troca de ‘favores’) de lotes no território são constantes.

A AABRAEMA entrou no território indígena Engenho em meados de 2010, sendo reativada em 2012 quando do surgimento de Alberto Franco dizendo ser proprietário daquelas terras, embora o povo Tremembé já vivesse ali há quase dois séculos. Os indígenas foram coagidos a associarem-se à AABRAEMA. O ‘convencimento’ se deu sob o argumento de que era a única forma de lutar pelos direitos da comunidade indígena e de enfrentar Alberto Franco na Justiça.

As manobras feitas pela AABRAEMA envolveram a usurpação do nome do povo, a vulnerabilidade inerente provocada pela insegurança jurídica e o se aproveitaram do fato de boa parte da comunidade indígena ser analfabeta para conseguir, frente aos órgãos públicos, suposta representatividade e recursos, inclusive recursos do próprio povo Tremembé de Engenho para reativar a associação, bem como taxa de associação e dinheiro para pagar advogados – embora a AABRAEMA tenha sido sempre assistida em ações pela Defensoria Pública Estadual.

Com atuação anterior à chegada ao território Tremembé, a associação traz na bagagem sérias acusações de possíveis fraudes documentais, apropriação de recursos públicos e retenção de sementes, situação já denunciada aos órgãos públicos e no aguardo das providências legais. Nota do Conselho Tremembé do Território Engenho⁽³⁾ inclusive torna pública as inúmeras práticas ilegais que a Associação vem realizando na localidade e com riscos inclusive de estender a atuação sob suspeição a outras comunidades, devido sua capacidade de influenciar pessoas vulneráveis e de boa fé.

A conjuntura que rodeia os Tremembé de Engenho exige uma tomada de decisões por parte dos órgãos judiciários e também da Funai, que não avança no procedimento demarcatório e que com sua demora – ou negligência - nos posicionamentos necessários perante a Justiça, acaba por deixar um povo desassistido e vulnerável perante à ganância empresarial aliada a interesses de associações locais. ♦

3 <https://cimi.org.br/2019/07/povo-tremembe-engenho-denuncia-falsa-representacao-loteamento-territorio/>



Tratores destroem casas dos Tremembé, construídas com muito esforço e a partir de recursos oriundos dos ganhos com a agricultura

Em julho de 2018, ao retornar das férias, o desembargador titular do TJ-MA determinou o cumprimento imediato da reintegração, decisão contestada a partir de Embargos de Declaração da Defensoria Pública do Estado (DPE). Apesar dos vários recursos pendentes de apreciação, inclusive com manifestação de Cautelar do próprio povo Tremembé, e apesar da Funai estar presente no território concluindo a qualificação da demanda, dando início ao processo administrativo demarcatório, em 19 de dezembro de 2018, a reintegração de posse foi cumprida no último dia de atividades no Judiciário. Com isso, impediu propositalmente qualquer apreciação, a tempo, dos alertas disparados à Funai e ao MPF, bem como a apreciação dos recursos jurídicos pelo TJ-MA. Houve também outra manobra, incomum às reintegrações de posse, por parte de do interessado: nessa data, a reintegração não foi completa, deixando de ser reintegrada uma área ao fundo do território, ficando pendente essa carta de ordem de reintegração como nova fonte de ameaça contra o povo.

O povo Tremembé, além da luta pela terra, enfrenta também explícito preconceito identitário das instituições públicas. Por parte do Estado Brasileiro, especialmente do Judiciário, vislumbra-se uma notória incapacidade de observância dos procedimentos basilares processuais a partir da questão indígena. A autodeclaração dos Tremembé fez emergir toda a carga de preconceitos e estereótipos que se vivencia na sociedade e na estrutura do Estado em seus diferentes âmbitos, com claros ataques à sua identidade indígena.

Após a autodeclaração do povo indígena ter sido oficialmente recebida e registrada pela Funai, em 2018, atualmente, tramita na 6ª Vara da Justiça Federal uma Ação Civil Pública proposta pelo MPF contra a Funai, União e Alberto Franco, que visa a continuidade do processo de identificação e delimitação para a demarcação do território indígena e a proteção do povo contra as violências e invasões. Com isso, a Justiça Estadual Maranhense, pela Constituição Federal, é obrigada a

O povo Tremembé fica espremido em uma faixa de terra, continuamente sofrendo com o avanço do desmatamento de árvores centenárias



Polícia usou de violência durante o despejo

remeter o processo para a Justiça Federal. Mas não o fez. Por sua vez, o juiz Federal da 6ª Vara, até o momento, não apreciou o pedido liminar e sequer pugnou sobre a necessária federalização dos processos que envolvem o território do povo Tremembé do Engenho, deixando os indígenas expostos à incompetência e às ilegalidades dos atos nulos do Judiciário Estadual do Maranhão.

Tanto a Justiça maranhense, ao se negar a reconhecer que a ação possessória em sede estatal não deve ir adiante, como o juiz Federal da 6ª Vara Federal do Maranhão, que atua na Ação Civil Pública promovida pelo MPF para exigir a continuação do processo de qualificação, não aplicam a Constituição quanto aos direitos indígenas devido a curtos entendimentos e largos interesses.

Resultado: enquanto o povo Tremembé fica espremido em uma faixa de terra, continuamente sofrendo com o avanço do desmatamento de árvores centenárias, com a invasão de áreas sendo preparadas para plantios de não-indígenas, que dizem ter comprado lotes pela Associação dos Abrangentes do Estado do Maranhão, além da poluição dos rios e mananciais causados justamente pelos empreendimentos imobiliários prejudicando a agricultura indígena. Por outro lado, o ex-deputado Alberto Franco segue com seus planos de loteamento e implantação da indústria de perfuração de mananciais de água.

Não aplicam a Constituição quanto aos direitos indígenas devido a curtos entendimentos e largos interesses

A arte de Arissana Pataxó

“**N**a aldeia existe muito artista. A arte indígena, diferente da ocidental, não se restringe àqueles que pintam quadros ou esculpem, é diferente. Como uso técnicas dos brancos, acabam destacando mais”. A reflexão da artista plástica Arissana Pataxó marca um processo de criação enredado com seu povo, tentando levar para as galerias o cotidiano das aldeias como forma de desconstruir visões estereotipadas e homogêneas da sociedade que envolve estes povos.

“Tentamos levar a representação do nosso povo. O meu interesse como artista não é tanto aqui dentro (da aldeia). A minha tarefa é trabalhar com as crianças e os jovens. Fora é levar esse conhecimento sobre os povos indígenas do Brasil. Mesmo que as obras talvez não passem isso, que ao menos despertem a curiosidade. Sempre pensam no índio de tanga, cocar. Essa imagem é restrita, mas é a que existe sobre o índio. Retrato a aldeia, a vida da minha gente”.

Conforme o perfil biográfico do renomado Prêmio Pipa, a artista Plástica desenvolve uma produção artística em diversas técnicas abordando a temática indígena como parte do mundo contemporâneo. Ingressou no curso de Artes Plásticas da Escola de Belas Artes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, no ano de 2005 e concluiu o curso em 2009.

Desenvolveu ao longo de seus estudos atividades de extensão de arte-educação com o povo Pataxó: oficinas e produção de material didático. Além dos Pataxó, continua trabalhando com outros povos indígenas da Bahia com atividades de arte-educação e produção de material didático.

Em 2007 realizou sua primeira exposição individual “Sob o olhar Pataxó”, no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA. Desde então ingressou no mundo artístico com participação em diversas exposições, como o Salão Regional de Artes Visuais de Porto Seguro, a exposição internacional “Eco Arte” no Museu de Arte de Montenegro, em 2011, no Rio Grande do Sul, e mais recente de 2013-2014 a exposição itinerante “Mira! Artes visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas”, realizada em Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF).

